REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

ISABEL DE CASTELA E FERNANDO DE ARAGÃO: ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS E CONSTRUÇÃO DO PODER NA MONARQUIA IBÉRICA

ISABELLA OF CASTILE AND FERDINAND OF ARAGON: MARITAL STRATEGIES AND THE CONSTRUCTION OF POWER IN THE IBERIAN MONARCHY

Adriana Vidotte[1]

RESUMO

O casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão representou um marco na configuração do poder monárquico ibérico no século XV. Longe de ser um mero instrumento dinástico, essa união resultou de complexas negociações políticas e consolidou a ascensão de Isabel ao trono castelhano em um contexto de disputas sucessórias e rivalidades internas. O artigo analisa as estratégias empregadas por Isabel para garantir sua posição como rainha proprietária de Castela, desde as tratativas matrimoniais até a Concordia de Segovia, documento que estabeleceu os limites do poder de Fernando no reino castelhano. A pesquisa baseia-se em fontes primárias, como crônicas e documentos diplomáticos, aliadas a uma revisão historiográfica que discute a centralização monárquica e a construção simbólica do poder régio. A análise revela como Isabel exerceu protagonismo nas decisões políticas, redefinindo o papel da monarquia e reforçando a legitimidade dinástica em um período de profundas transformações na Península Ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: ISABEL DE CASTELA; MONARQUIA IBÉRICA; ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS.

ABSTRACT

The marriage of Isabella of Castile and Ferdinand of Aragon was a turning point in the configuration of Iberian monarchical power in the 15th century. Far from being a mere dynastic arrangement, this union resulted from complex political negotiations and solidified Isabella's rise to the Castilian throne amid succession disputes and internal rivalries. This article examines the strategies employed by Isabella to secure her position as the rightful queen of Castile, from marital negotiations to the *Concordia de Segovia*, a

[1] Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita"; Professora Associada da Universidade Federal de Goiás.

document that defined Ferdinand's political role in Castile. The research is based on primary sources, such as chronicles and diplomatic documents, combined with a historiographical review that discusses monarchical centralization and the symbolic construction of royal power. The analysis highlights how Isabella played a leading role in political decisions, redefining monarchy and strengthening dynastic legitimacy during a period of profound transformations in the Iberian Peninsula.

KEYWORDS: ISABELLA OF CASTILE; IBERIAN MONARCHY; MARITAL STRATEGIES.

Introdução.

Os matrimônios políticos foram, durante a Idade Média, uma das principais ferramentas de consolidação do poder monárquico e aristocrático, permitindo a formação de alianças e a reorganização das redes de influência. No caso da Península Ibérica, as negociações em torno desses matrimônios expunham redes sociopolíticas complexas, nas quais parte significativa das sociedades políticas dos reinos cristãos se movimentava em um processo que envolvia a formação de novas solidariedades e reafirmação de outras já existentes. No que diz respeito ao casamento de princesas e infantas, durante muito tempo, a historiografia tradicional tratou essas uniões apenas sob a ótica da submissão feminina, considerando as mulheres como meras peças manejadas por seus familiares. Conforme argumenta Ladero Quesada[2], a historiografia recente tem enfatizado que os casamentos reais não devem ser vistos apenas como instrumentos dinásticos, mas como mecanismos complexos de negociação política e institucional. Esses estudos indicam que as mulheres também desempenharam um papel ativo nessas negociações, sendo agentes fundamentais dentro do jogo político, uma vez que os casamentos reais não apenas simbolizavam acordos diplomáticos, mas também redefiniam as redes de poder e influência entre as monarquias e a nobreza[3].

O casamento da infanta Isabel de Castela com Fernando de Aragão, em 1469, representa um caso paradigmático desse uso estratégico do matrimônio na política ibérica do século XV. Mais do que um simples arranjo matrimonial, essa união foi resultado de uma decisão estratégica da própria Isabel, que contrariou imposições políticas para

[2] LADERO QUESADA, M. Á. Historia institucional y política de la Península Ibérica en la Edad Media (La investigación en la década de los 90). *En la España Medieval*, v. 23, p. 441, 1 ene.2000.
[3] LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reyes Católicos (1474-1516).* Madrid: Cátedra, 2002; DUBY, Georges. *El caballero, la mujer y el cura: la masculinización del mundo (950-1250)*. Madrid: Taurus, 1989; DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel. El papel de la reina Isabel en la guerra de sucesión castellana (1475-1479). En la España medieval, n. extra 46, 2023 (Ejemplar dedicado a: Homenaje al profesor Miguel Ángel Ladero Quesada con motivo de su octogésimo aniversario), p. 313-333.

garantir sua sucessão[4]. O enlace consolidou uma nova configuração política na Península, articulando os interesses dos reinos de Castela e Aragão em um contexto ibérico de disputas pela hegemonia[5]. A escolha de Isabel por Fernando, contrariando as diretrizes do rei Enrique IV e de setores da nobreza castelhana, demonstra sua capacidade de agência política e de negociação dentro de um contexto marcado por disputas sucessórias[6].

Este artigo analisa como Isabel manejou a ferramenta política que o matrimônio representava para assegurar sua posição no trono e, mais tarde, reforçar sua autoridade como rainha soberana. Em vez de apenas reproduzir um modelo passivo, Isabel tomou decisões estratégicas para assegurar sua posição dentro do reino castelhano e fortalecer a aliança com Aragão. Desse modo, a abordagem será fundamentada na nova História Política, que enfatiza as práticas e os discursos políticos dos agentes históricos, considerando o matrimônio não apenas como uma formalidade jurídica, mas como um espaço de atuação estratégica dentro das dinâmicas de poder[7]. Para isso, serão examinadas as capitulações matrimoniais, as crônicas coetâneas e a historiografia recente, destacando a construção de sua imagem política e a consolidação de sua legitimidade ao longo de seu reinado. Na análise dessas fontes, buscaremos compreender como se articulavam e operavam os atores políticos nas redes sociopolíticas que se formavam no corpo do reino castelhano. Trata-se de uma abordagem, portanto, que busca interpretar o matrimônio de Isabel de Castela e Fernando de Aragão no âmbito das sociedades corporativas ibéricas medievais. São os cronistas que nos apresentam a monarquia como um corpo humano, no qual o rei é a cabeça política que rege os demais membros em busca da harmonia do conjunto. Esse modelo corporativo das sociedades medievais, tão bem exposto por

[4] José Pérez argumenta que, com ese matrimônio, Isabel pretendia consolidar um novo modelo de governo para a monarquia castelhana. PÉREZ, Joseph. *Isabel y Fernando: los Reyes Católicos*. Donostia: Editorial Nerea, 2009.
[5] SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Los Trastámara y los Reyes Católicos*. Madrid: Gredos, 1994. (Historia de España, vol. 7); PÉREZ, *op. cit.*
[6] DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel. El papel de la reina Isabel en la guerra de sucesión castellana (1475-1479). En la España medieval, n. extra 46, 2023, p. 313-333; RÁBADE OBRADÓ María del Pilar. Una reina en la retaguardia: las intervenciones pacificadoras de Isabel la Católica en la guerra de sucesión. E-Spania: Revue électronique d'études hispaniques médiévales, ISSN-e 1951-6169, n. 20, 2015; NIETO SORIA, José Manuel. *Ceremonias de la Realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.
[7] BOUZA, Fernando. *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal, 2001.

António Manuel Hespanha[8] e revisitado por Maria Filomena Coelho[9] em texto mais recente, explicita que "o poder real partilhava o espaço público com poderes de maior ou menor hierarquia"[10]. No modelo corporativo, o rei governava com outros poderes, os demais membros do corpo, os quais tinham diferentes funções e guardavam relativa autonomia; longe de estar centralizado, o poder era partilhado entre a coroa e outras instâncias. Dessa forma, o modelo corporativo nos ajuda a compreender tanto as disputas sucessórias como as negociações do casamento de Isabel no âmbito da dinâmica política medieval que se caracteriza pela "tensão entre a unidade do todo e a autonomia das partes". Como explica Hespanha:

> Percorrido por um profundo anseio pela unidade e pela harmonia (*amor unitatis*, *amor ordinis*) o mundo medieval e da primeira idade moderna compatibilizou isso com uma cuidadosa reserva da autonomia das partes. No domínio da teoria social, essa compatibilização decorreu, nomeadamente, da construção corporativa da sociedade, em que, à imagem do corpo humano, a harmonia do conjunto se baseava na autonomia harmônica das partes, e para o qual o bem comum não era senão o aprofundamento dos bens particulares [...][11]

Queremos ressaltar, com isso, que os movimentos políticos em torno do matrimônio de Isabel não serão aqui entendidos como disputas entre realeza e nobreza em um suposto contexto de "centralização do poder". Ao contrário, serão entendidos na lógica política medieval, das concorrências entre as partes do corpo e, no âmbito das partes, entre seus próprios membros. Em outras palavras, veremos esses movimentos como manifestação da "tensão entre a unidade do todo e a autonomia das partes" destacado por Hespanha e, nesse sentido, para melhor compreensão dessa dinâmica política, é preciso não perder de vista a importância dos laços pessoais e dos deveres morais na construção da governabilidade. Nas palavras de Hespanha: "os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de

[8] HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda (org.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 165-188

[9] COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. NEMI, Ana; ALMEIDA, Neri de Barros; PINHEIRO, Rossana. A construção da narrativa histórica. Séculos XIX e XX. Campinas/SP: Unicamp, 2014, p. 39-62.

[10] HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português... op. cit., p. 166.

[11] HESPANHA, António Manuel. Conclusão. In: MATOSO, José. *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 466.

clientes"[12]. Como bem observou Sampaio, António Hespanha esclareceu que a concessão de mercês pelos monarcas não era fruto de sua liberalidade, como foi por muito tempo considerado pela historiografia, mas sim "o cumprimento de uma obrigação moral de retribuição dos serviços prestados por seus vassalos, dentro da lógica de uma economia do dom [...]"[13].

Enfim, este artigo busca analisar as disputas sucessórias e as negociações matrimoniais em Castela, no século XV, na perspectiva das interrelações próprias das dinâmicas políticas das sociedades ibéricas medievais, buscando-se destacar que as estratégias utilizadas eram compatíveis com a lógica corporativista.

O papel das mulheres e o matrimônio como ferramenta política.

Os estudos sobre as mulheres vêm se ampliando e ganhando novos contornos entre os medievalistas, desde os anos 1980,[14] quando historiadores e historiadoras buscaram dar visibilidade às mulheres, analisando os papeis e as atuações delas ao longo da história. Assim, rainhas, infantas, nobres, religiosas, camponesas, mercadoras e intelectuais foram trazidas à luz em estudos que buscavam analisar os lugares que essas mulheres ocupavam nas sociedades. Ao passo que o gênero se tornava uma categoria de análise fundamental, ficava mais evidente que, nos estudos sobre a Idade Média, era necessário o afastamento de uma lógica binária, que opõe homens e mulheres[15]. Conforme observado por Luciane Deplagne essa lógica binária, "tão enfaticamente explorada na modernidade, não nos deixa, muitas vezes, enxergar bem outras formas de interação entre homens e mulheres fora da ordem de relações hierárquicas de poder, de opressão e submissão"[16].

[12] HESPANHA, António Manuel. A constituição do império português... op. cit., p. 166.
[13] SAMPAIO, A. C. J. António Manuel Hespanha, o Antigo Regime luso ea historiografia brasileira: notas sobre um diálogo transatlântico. Topoi (Rio de Janeiro), v. 21, n. 43, p. 7-14, 2020, p. 9.
[14] Em que pese os estudos sobre a família, realizados no âmbito da história demográfica dos anos 1960 terem conferido certa visibilidade às mulheres, foi nos anos 1980 que o sujeito feminino ganhou espaço na historiografia. Na década seguinte, a publicação da obra *História das mulheres no Ocidente* (na Italia e na França entre 1990 e 1992; no Brasil em 1993), sob a direção de Michelle Perrot e Georges Duby, revelava a expansão da área de estudo. Entre os cinco volumes da obra, destacava-se o volume II, dedicado à Idade Média, coordenado por Christiane Klapish-Zuber.
[15] RIVERA GARRETAS, M.-M. La Política Sexual. In: RIVERA GARRETAS, Maria-Milagros. (ed.) Las relaciones en la historia de la Europa Medieval. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006, p. 139-214; BROCHADO, Cláudia Costa. A Querelle des Femmes e a política sexual na Idade Média. Brathair, 19, 2, p. 63-91, 2019; DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média. SIGNUM – Revista da ABREM, v. 20, n. 2, p. 24-56, 2020; SEGURA GRAÍÑO. Cristina. La construcción de la Historia de las mujeres en la Edad Media en los Reinos Hispanos. Índice Histórico Español, 129, p. 77-93, 2016.
[16] DEPLAGNE, L. E. F. C. A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média. SIGNUM – Revista da ABREM, v. 20, n. 2, p. 24-56, 2020, p.27.

No que diz respeito aos estudos sobre os matrimônios, os novos estudos colocaram em xeque uma historiografia tradicional, que frequentemente retratou as rainhas e infantas medievais como figuras passivas dentro dos casamentos políticos, reduzindo sua atuação à reprodução da linhagem e à manutenção das tradições dinásticas. Os estudos mais recentes demonstram que essas mulheres, longe de serem meros instrumentos, desempenharam papéis ativos na política de seus reinos.[17] Isabel de Castela é um exemplo notável dessa agência feminina, pois não apenas escolheu seu marido em meio a um cenário de disputas sucessórias, mas também negociou ativamente os termos de sua própria autoridade dentro do casamento.[18]

Isabel foi negociada em casamento pela primeira vez quando tinha 7 anos de idade. Essas primeiras negociações se deram no contexto das disputas entre o rei Juan I de Navarra e XI de Aragão e seu filho primogênito e herdeiro em Navarra, o príncipe Carlos. Tendo em vista os laços de amizade e as redes sociopolíticas que envolviam as monarquias e linhagens nobres castelhanas e navarro-aragonesas, em 1458, ao firmar alianças políticas com Juan I de Navarra e XI de Aragão, Enrique IV negociou um duplo matrimônio de seus irmãos, os infantes castelhanos Alfonso e Isabel. Alfonso se casaria com uma filha do rei navarro-aragonês, e Isabel com aquele que seria seu herdeiro em Aragão, Fernando. As negociações não prosperaram, pois quando o conflito entre Juan I e o príncipe Carlos se acirrou, Enrique IV deixou a aliança com o rei e passou a apoiar o herdeiro de Navarra. Logo, para fortalecer a aliança, Enrique IV negociou o casamento de Isabel com Carlos, príncipe de Navarra. Nessas circunstâncias, Juan I de Navarra e XI de Aragão buscou estabelecer alianças com o reino português e passou a negociar o casamento de seu herdeiro em Aragão com Catalina de Portugal. As articulações para o casamento de Isabel com o príncipe Carlos foram interrompidas com a morte prematura do herdeiro de Navarra e, novamente, foram retomadas as negociações para casar Isabel com o príncipe de Aragão. Contudo, essas negociações não chegam a avançam e, três anos mais tarde, Enrique IV, necessitando do apoio português, inicia as negociações para casar Isabel com o Afonso V de Portugal. Em 1465, as capitulações desse matrimônio são firmadas pela rainha Juana, mas, mais uma vez, o casamento não se concretiza e

[17] GARRETAS, M. M. (ed.): Las relaciones en la historia de la Europa medieval. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.
[18] RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar. La imagen de Isabel I de Castilla en la *Crónica incompleta de los Reyes Católicos*. *e-Spania*, n. 1, jun. 2006. Disponível em: http://journals.openedition.org/e-spania/333. Acesso em: 15 fev. 2025.

Enrique IV, diante das novas circunstâncias, muda os planos para o futuro da infanta. Em Castela, nobres opositores haviam deposto o rei e alçado seu irmão Alfonso ao trono, em um episódio que ficou conhecido como a Farsa de Ávila.

Desde sua juventude, Isabel rejeitou alianças impostas por Enrique IV, seu meio-irmão, que, segundo Suárez Fernandez pretendeu casá-la com um príncipe estrangeiro para fortalecer seu domínio sobre a sucessão castelhana[19]. O *Tratado de los Toros de Guisando* (1468), que reconhecia Isabel como herdeira legítima, condicionava sua sucessão à autorização régia para seu matrimônio. No entanto, em 1469, Isabel desafiou essa exigência ao se casar secretamente com Fernando de Aragão, garantindo uma aliança que favorecia sua posição política e assegurava seu futuro no trono castelhano[20].

A relevância desse matrimônio não se limitava ao plano dinástico, mas se refletia na própria estrutura de poder da monarquia. As Capitulações Matrimoniais de 1469, documento que estabelecia os termos da união entre Isabel e Fernando, garantiam à rainha soberania sobre Castela, restringindo a influência de Fernando em assuntos governamentais. Como ressalta Nieto Soria[21], essa cláusula foi essencial para manter Isabel como a monarca titular, evitando que sua autoridade fosse diluída no domínio aragonês.

Além disso, Isabel não apenas consolidou sua autoridade por meio do casamento, mas também se cercou de conselheiras e aliadas políticas. Beatriz de Bobadilla, uma de suas principais confidentes, teve um papel significativo na corte, auxiliando a rainha na administração e no fortalecimento de sua posição frente aos nobres opositores[22]. A presença dessas mulheres na esfera política castelhana evidência que o matrimônio e as alianças femininas eram elementos cruciais na reconfiguração do poder monárquico no final da Idade Média.

O casamento da infanta Isabel no contexto ibérico.

Desde o século XI, os matrimônios entre os descendentes dos reis ibéricos se multiplicaram, consolidando-se como um dos principais mecanismos de construção e

[19] SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*
[20] VAL VALDIVIESO, María Isabel del. Influencia de Isabel I de Castilla en las crónicas escritas durante su reinado. *e-Spania*, n. 42, jun. 2022. Disponível em: http://journals.openedition.org/e-spania/44210. Acesso em: 16 fev. 2025.
[21] NIETO SORIA, *op. cit.*
[22] RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar. Leonor López de Córdoba y Beatriz de Bobadilla: dos consejeras para dos reinas. *e-Spania*, n. 12, dez. 2011. Disponível em: http://journals.openedition.org/e-spania/20705. Acesso em: 16 fev. 2025.

manutenção de alianças políticas entre os reinos cristãos da Península. Como destaca José Antonio Maravall[23], essa tendência esteve diretamente relacionada à afirmação da ideia de uma "*monarquia universal hispánica*", representada pela fórmula *Imperator totius Hispaniae*.[24] A política matrimonial foi amplamente utilizada para estruturar redes dinásticas, evitar conflitos e consolidar a hegemonia das casas reinantes. Luis Suárez Fernández[25] enfatiza que essa estratégia se tornou particularmente evidente a partir do reinado de Enrique II de Castela (1369-1379), o primeiro monarca da dinastia Trastâmara, que promoveu alianças endogâmicas entre os quatro principais reinos cristãos ibéricos – Castela, Aragão, Navarra e Portugal – como forma de garantir a estabilidade política e minimizar disputas dinásticas.

Dentro desse contexto, Isabel de Castela e seu irmão Alfonso eram descendentes de alianças matrimoniais que reforçavam essa lógica política. Ambos eram filhos do segundo casamento de Juan II de Castela com Isabel de Portugal, enquanto Enrique IV, seu meio-irmão e rei de Castela, era fruto da primeira união do monarca com Maria de Aragão. Enrique IV seguiu a tradição dinástica ao contrair matrimônio com Branca de Navarra e, posteriormente, com Joana de Portugal. No entanto, à medida que Isabel se consolidava como herdeira do trono castelhano, as tratativas para seu casamento ultrapassaram os limites da Península Ibérica, tornando-se um fator de interesse nas disputas franco-inglesas no contexto do pós-Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

O fim do conflito entre França e Inglaterra teve impactos diretos nas relações diplomáticas dos reinos ibéricos. A França, sob o reinado de Luís XI, buscava expandir sua influência e impedir a consolidação de alianças que favorecessem a Inglaterra, enquanto os ingleses, enfraquecidos pela guerra, tentavam manter relações estratégicas na Península Ibérica[26]. Diante desse cenário, o casamento de Isabel tornou-se um ponto central nas negociações entre Castela e outras potências europeias. Uma das propostas mais relevantes nesse sentido veio do próprio Luís XI, que ofereceu a mão de seu irmão, Carlos, duque de Guyenne, à infanta castelhana. A união visava fortalecer os laços entre

[23] MARAVALL, José Antonio. *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1997, p. 86.
[24] O título *Imperator totius Hispaniae* – "Imperador de toda Espanha" — adotado, desde o século X, pelos monarcas de Leão para defender a supremacia política de seu reino frente aos demais reinos peninsulares, estava associado à ideia de restauração do reino hispano-godo. O título foi usado em outros momentos, nos séculos seguintes, em contextos de disputa pela supremacia entre os reinos cristãos.
[25] SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 90.
[26] LADERO QUESADA, 2000, p. 215.

França e Castela, afastando esta última de alianças com Aragão ou Portugal. Caso tivesse sido concretizada, essa aliança poderia ter redesenhado o equilíbrio de poder na Europa ocidental, fortalecendo a hegemonia francesa e limitando a influência inglesa. No entanto, a proposta encontrou resistência dentro da nobreza castelhana, que temia a subordinação de Castela aos interesses franceses, e foi descartada, em grande parte, pela própria hesitação de Isabel, que buscava garantir sua independência política[27].

A primeira tentativa de casamento de Isabel ocorreu quando ela tinha apenas sete anos. Em 1458, Enrique IV buscou selar uma aliança com Juan II de Navarra e Aragão por meio de um duplo matrimônio: seu irmão Alfonso deveria se casar com uma princesa navarro-aragonesa, enquanto Isabel seria prometida ao herdeiro do trono aragonês, Fernando. No entanto, a instabilidade política comprometeu essa negociação. O rei aragonês estava em conflito com seu primogênito, Carlos, príncipe de Viana, o que levou Enrique IV a mudar de estratégia e apoiar Carlos, negociando o casamento de Isabel com ele. Essa tratativa foi formalizada em 1461, quando o príncipe enviou Martín Guerau de Cruilles a Arévalo para encontrar a infanta. Entretanto, a morte prematura do herdeiro interrompeu o acordo, e Isabel permaneceu solteira.

Nos anos seguintes, novas negociações foram conduzidas com diferentes casas dinásticas. Em 1464, Enrique IV, necessitando fortalecer sua aliança com Portugal, iniciou tratativas para casar Isabel com o rei Afonso V, resultando em capitulações firmadas em 1465 pela rainha Joana. Mais uma vez, a união não se concretizou. O acirramento das tensões em torno do monarca teve seu ápice com a *Farsa de Ávila*, na qual os nobres opositores depuseram Enrique IV e proclamaram seu irmão Alfonso como rei. Diante desse novo cenário, Enrique IV propôs casar Isabel com Pedro Girón, mestre da Ordem de Calatrava e irmão de Juan Pacheco, marquês de Villena, em troca da reconciliação política. O matrimônio parecia iminente, mas a morte repentina de Pedro Girón impediu sua realização.

A partir de 1467, Isabel começou a atuar de maneira mais independente em meio às disputas pela sucessão castelhana. Em 1468, após a morte de seu irmão Alfonso, a nobreza rebelada dividiu-se em dois grupos: um liderado por Juan Pacheco, mestre de Santiago, que defendia uma reaproximação com Enrique IV; e outro, encabeçado pelo arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo, que pretendia manter a resistência e proclamar

[27] VAL VALDIVIESO, *op. cit.*, p. 142.

Isabel rainha. Nesse momento, Isabel assumiu o controle da sua trajetória política, optando por negociar com Enrique IV sob a condição de ser reconhecida como *herdeira legítima do trono castelhano*. Esse pacto, formalizado no *Tratado de los Toros de Guisando* (1468), garantiu a Isabel um status político diferenciado e abriu caminho para que ela decidisse seu próprio destino matrimonial.[28] O desfecho dessas tratativas seria sua união com Fernando de Aragão, consolidada no ano seguinte, que redefiniu o equilíbrio de poder na Península Ibérica.

As negociações finais do casamento de Isabel e suas implicações políticas.

Aos dezessete anos, Isabel entrava para a cena política castelhana como herdeira do trono, solteira e livre de qualquer compromisso de casamento. Uma idade um tanto avançada para uma donzela da sua estirpe conservar-se nessa condição. Geralmente, os filhos e as filhas das camadas mais ricas da sociedade castelhana eram prometidos em casamento ainda na infância, e desposados por volta dos doze anos, no caso da mulher, e dos quatorze, no caso do homem.[29]

Com a proclamação de Isabel como herdeira do trono castelhano, a escolha de seu esposo tornou-se um ponto central na política da Península Ibérica e nas relações internacionais do período. Seu casamento não apenas definia a sucessão da Coroa de Castela, mas também impactava o equilíbrio de poder entre os reinos cristãos ibéricos e as potências europeias, como França e Inglaterra. Enquanto Enrique IV e seus aliados buscavam uma união que reforçasse seus interesses dinásticos e consolidasse a posição de sua filha Juana, os nobres que apoiavam Isabel consideravam o matrimônio uma oportunidade de garantir alianças estratégicas para fortalecer sua reivindicação ao trono.

Entre os principais pretendentes de Isabel estavam Afonso V de Portugal, Fernando de Aragão, Carlos, duque de Berry e Guiana, e Ricardo, duque de Gloucester, irmão do rei inglês Eduardo IV. As candidaturas dos nobres franceses e ingleses inseriam o casamento de Isabel na disputa pela hegemonia europeia entre esses dois reinos. Luís XI, rei da França, desejava evitar uma aliança entre Castela e Inglaterra, propondo a união de Isabel com seu irmão, Carlos de Guiana, para consolidar sua influência na Península[30].

[28] Nieto Soria (1993, p. 178) enfatiza que esse acordo não apenas selou a paz entre Enrique IV e a nobreza rebelada, mas também consolidou Isabel como uma figura ativa nas negociações políticas da época.
[29] Neste sentido, se estabelece nas Partidas: "Mas para casamientos fazer ha menester que el varon sea de edad de catorze años et la muger de doce, et si ante deste tienpo se casasen algunos nos serien casamientos más desposajas, fueras ende si fuesen tan acercados a esta edat que fuesen ya guisados para poderse ayuntar carnalmente." Las Siete Partidas, t. 11, Madrid, 1807, Partida IV, título I, lei VI, p. 6.
[30] VAL VALDIVIESO, *op. cit.*, p. 142.

Por sua vez, Eduardo IV, temendo um fortalecimento da aliança franco-castelhana, incentivava o matrimônio da princesa com o duque de Gloucester, futuro Ricardo III. No entanto, ambas as propostas encontraram resistência dentro da nobreza castelhana, que temia uma dependência excessiva de Castela em relação a potências estrangeiras. Além disso, Isabel recusou essas opções, reforçando sua autonomia nas decisões matrimoniais[31].

A disputa pelos pretendentes ibéricos foi ainda mais intensa. Afonso V de Portugal e Fernando de Aragão eram parentes próximos de Isabel e representavam caminhos políticos opostos para a sucessão castelhana. Enrique IV e seus aliados, especialmente o marquês de Villena e os Mendoza, defendiam a união com Afonso V, que seria consolidada por um acordo dinástico: Isabel se casaria com o monarca português, enquanto Juana, filha de Enrique IV, desposaria o príncipe João de Portugal. Esse plano permitiria a fusão das coroas de Castela e Portugal, assegurando o trono para os descendentes dessa união. Como ressalta Nieto Soria[32], tal estratégia buscava neutralizar a legitimidade de Isabel, subordinando sua posição à linhagem portuguesa e enfraquecendo sua autonomia como herdeira legítima da Coroa.

Por outro lado, os nobres que apoiavam Isabel defendiam o casamento com Fernando de Aragão, visto como a melhor opção para impedir que Castela caísse sob influência portuguesa. Aragão, apesar de menor territorialmente, era uma potência no Mediterrâneo e possuía ambições expansionistas que poderiam beneficiar Castela no longo prazo[33]. Além disso, o rei aragonês, Juan II, via essa aliança como uma oportunidade de recuperar sua posição de influência em Castela. Para negociar o casamento, ele contou com a intermediação de figuras próximas a Isabel, como Gonzalo Chacón, Gutierre de Cárdenas e Alfonso Carrillo, arcebispo de Toledo, demonstrando o alto grau de articulação política que envolveu essa decisão.

Fernando era o último herdeiro masculino da dinastia Trastâmara e, se a Lei Sálica vigorasse em Castela, sua reivindicação ao trono poderia ser favorecida. No entanto, Castela tradicionalmente permitia a sucessão feminina, e a legitimidade de Isabel havia sido reconhecida no Tratado de los Toros de Guisando (1468). Ainda assim, seu matrimônio com Fernando significava mais do que uma simples união dinástica:

[31] LADERO QUESADA, 2000, p. 215.
[32] NIETO SORIA, *op. cit.*, p. 178.
[33] SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 201.

representava a construção de um novo eixo de poder na Península Ibérica, que projetava uma futura união das coroas de Castela e Aragão.

A escolha de Isabel segundo os cronistas castelhanos.

A decisão de Isabel de Castela em favor do casamento com Fernando de Aragão foi um ponto crucial na disputa pelo trono castelhano. No entanto, o modo como essa decisão foi narrado pelos cronistas contemporâneos revela não apenas um relato factual, mas uma estratégia de construção de legitimidade política. Os cronistas, especialmente Hernando del Pulgar e Andrés Bernáldez, buscaram justificar a escolha da princesa não apenas como uma necessidade dinástica, mas como um ato de prudência política e moral.

Hernando del Pulgar, em sua *Crónica de los Reyes Católicos*, destaca dois aspectos fundamentais na decisão de Isabel: sua habilidade política e seu decoro moral. No primeiro aspecto, Pulgar apresenta Isabel como uma governante sagaz, que soube contornar as manobras de Enrique IV e de seus aliados. O cronista argumenta que o rei castelhano, ao reconhecer Isabel como herdeira no *Tratado de los Toros de Guisando*, nunca teve a intenção real de garantir-lhe a sucessão. Segundo ele, Enrique IV pretendia casar sua irmã fora do reino para afastá-la da disputa sucessória e, assim, garantir o trono para sua filha Juana: "*Y de secreto le decian que como quier que por ahora otorgase la subcesion a su hermana la princesa, pero después se podia tener en tal manera que se la quitase, casándola fuera del reyno [...]*"[34].

Apesar da narrativa de Pulgar, não há evidências concretas de que Enrique IV tenha planejado casar Juana com Fernando. Esse argumento serviu mais como um artifício propagandístico para reforçar a narrativa de que Isabel fez a melhor escolha possível para garantir sua herança. Além disso, Pulgar exagera ao apresentar Fernando como o único capaz de garantir a defesa de Isabel. Naquele momento, Aragão não possuía a mesma força militar e econômica que já tivera, e sua influência em Castela não era tão grande quanto o cronista sugere[35].

No segundo aspecto destacado por Pulgar, a escolha de Isabel é apresentada como uma decisão tomada dentro dos limites do decoro feminino. O cronista sugere que,

[34] PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Reyes Católicos*. vol. 1. Juan de Mata Carriazo (ed.). Madrid: Espasa-Calpe, 1943, p. 12.
[35] SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p.201.

embora o casamento fosse tradicionalmente decidido por homens da família – pai, irmão ou tutor –, Isabel se viu forçada a tomar essa decisão por conta própria devido à negligência de Enrique IV. Pulgar tenta suavizar a quebra da norma ao destacar que Isabel foi aconselhada pelos grandes do reino e que sua escolha foi amplamente aceita pela população castelhana: "*no solamente los grandes, mas los perlados, los clérigas, los caballeros, los fidalgos, los cibdadanos, y generalmente todos los tres estados del reyno mostraban placerles del matrimonio con el principe de Aragón*"[36].

Essa narrativa, no entanto, reflete mais um esforço de propaganda do que a realidade da época. Não havia unanimidade na aceitação de Fernando como esposo de Isabel. Muitos nobres castelhanos apoiavam a aliança com Portugal, e a relação entre Aragão e Castela era marcada por rivalidades políticas e militares. A guerra civil castelhana demonstrou que havia uma divisão significativa entre os partidários de Enrique IV e os de Isabel[37].

O cronista Andrés Bernáldez leva a narrativa ainda mais longe ao afirmar que, mesmo antes da negociação do casamento, já havia um apoio popular generalizado a Fernando de Aragão. Segundo ele, desde o início dos conflitos entre a nobreza e Enrique IV, circulava um canto popular exaltando o príncipe aragonês: "*Flores de Aragon, dentro en Castilla son. Flores de Aragon, dentro en Castilla son*"[38]. Essa alegação deve ser vista com ceticismo. Embora seja possível que existisse apoio popular à causa de Isabel, o entusiasmo relatado por Bernáldez parece exagerado e moldado pela narrativa oficial do reinado dos Reis Católicos. Muitos castelhanos apoiavam Enrique IV, e as tensões entre Aragão e Castela eram evidentes. Além disso, a decisão de Isabel de se casar com Fernando representava um rompimento com Enrique IV e seus aliados, o que chegou a ocasionar o afastamento de sua amiga e confidente Beatriz de Bobadilla.

Apesar da narrativa cronística que enfatiza o apoio unânime a Isabel e Fernando, sua união foi uma decisão arriscada e politicamente delicada, que exigiu um cuidadoso jogo diplomático. Durante meses, Isabel adiou respostas às embaixadas de seus pretendentes, especialmente à francesa, enquanto trabalhava secretamente nos detalhes do contrato nupcial com Fernando. Esse jogo de dissimulação política demonstra que sua

[36] PULGAR, *op. cit.,* vol. 1, p. 33.
[37] NIETO SORIA, *op. cit.*, p. 181.
[38] BERNÁLDEZ, Andrés**.** *Historia de los reyes Católicos don Fernando y doña Isabel.* In: ROSELL, C. (ed.). *Crónicas de los reyes de Castilla. Desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel*, v. III. Madrid: Atlas, 1953, p. 574.

decisão foi uma estratégia cuidadosamente planejada para assegurar sua posição no trono castelhano.

As capitulações matrimoniais: as garantias dos direitos de Isabel.

As capitulações matrimoniais assinadas por Isabel de Castela e Fernando de Aragão representaram um marco importante na negociação do matrimônio. Firmadas em Cervera, no dia 7 de janeiro de 1469, e confirmadas por Juan II de Aragão cinco dias depois, essas capitulações foram fundamentais para definir o papel de Fernando dentro do reino castelhano e estabelecer os limites da influência aragonesa. A elaboração de contratos matrimoniais desse tipo era uma prática comum entre as casas reinantes da Europa medieval, servindo para assegurar as condições da união e proteger os interesses das partes envolvidas. No entanto, no caso específico de Isabel e Fernando, as cláusulas do tratado assumiam uma dupla função: além de proteger os direitos da futura rainha, o documento foi utilizado como uma ferramenta de propaganda política, reforçando a imagem de legalidade e estabilidade do casamento. Sua leitura pública e ampla divulgação por meio de cartas e crônicas visavam fortalecer a sucessão de Isabel e projetar a união como um compromisso legítimo com o bem do reino.

As garantias concedidas à princesa castelhana tinham um significado político mais amplo, pois não protegiam apenas sua posição como herdeira legítima, mas também asseguravam que o governo de Castela permaneceria sob controle castelhano. As cláusulas estabeleciam limites claros à atuação de Fernando, impedindo que ele tomasse decisões sem o consentimento de Isabel ou interferisse diretamente na administração do reino. Desde as primeiras linhas, a redação das capitulações enfatiza os compromissos assumidos por Fernando, cuja obediência às condições acordadas era reforçada pelo caráter sagrado do juramento que ele proferiu:

> *Por mayor seguredad, corroboración e firmeza de la presente escritura e de todo lo convenido en ella [...] prometemos y aun juramos a Dios e a Santa María, a los Santos Quatro Evangelios e a esta señal de cruz por nuestra mano derecha tañida, que assí como lo yace escrito manternemos, guardaremos, observaremos, e cumpliremos*[39].

[39] CAPITULAÇÕES DO MATRIMÔNIO. *Capitulaciones del matrimonio entre la Princesa Doña Isabel y Don Fernando, Rey de Sicilia, ajustadas en Cervera a 7 de enero de 1469, y confirmadas por el Rey Don Juan de Aragón en Zaragoza a 12 del mismo mes e año*. In: BALLESTEROS GAIBROIS, Manuel. *Isabel de Castilla, Reina Católica de España*. Madrid: Editora Nacional, 1970, p. 240.

Essa passagem demonstra não apenas a formalidade do compromisso, mas também o seu alcance político e religioso, garantindo que Fernando respeitasse integralmente os termos acordados.

Dentre as condições impostas, uma das mais relevantes foi a que determinava Fernando como "príncipe consorte", garantindo que sua autoridade em Castela fosse limitada e que ele não pudesse usurpar a posição de Isabel como soberana. O documento afirmava que Fernando deveria obedecer a Enrique IV e respeitar os direitos da rainha mãe, além de garantir a estabilidade interna do reino: "*con toda filial obediencia, devoción e reverencia trataremos al Señor Rey Don Enrique su hermano e assí como a Señor Padre. Item que ternemos e manternemos e maternal honra e acatamiento con quanta veneración pudiéremos a la Señora Reina Doña Isabel, madre de la dicha serenísima princesa*"[40]. Essa cláusula revela um esforço dos aliados de Isabel para projetar Fernando como um governante subordinado à estrutura política castelhana. No entanto, apesar do compromisso formalizado, Fernando rapidamente assumiria um papel mais ativo na política do reino, atuando ao lado de Isabel no governo.

Outra cláusula fundamental estabelecia que Fernando não poderia tomar decisões administrativas sem o consentimento de Isabel, garantindo a preservação da independência castelhana: "*no enagenaremos, no faremos merced de ninguna cibdad, villa o fortaleza dessos dichos Reynos ni de juro ni de otra cosa cualquiera perteneciente a la Corona Real sin consentimiento e voluntad de la dicha serenissima princesa*"[41]. Essa precaução era essencial para evitar que Castela se tornasse um apêndice da Coroa de Aragão, assegurando que Isabel permanecesse no controle das principais decisões do governo. A resistência castelhana à influência aragonesa era uma preocupação central, e as capitulações previam mecanismos para impedir a inserção de nobres aragoneses na administração castelhana, restringindo a nomeação de oficiais e corregedores a castelhanos. Essa salvaguarda garantia que a nobreza de Castela não perdesse poder dentro do reino e que a união dinástica não levasse a um domínio aragonês sobre as instituições castelhanas.

Além das garantias políticas, as capitulações também possuíam uma função propagandística significativa. A assinatura do tratado foi amplamente divulgada, sendo

[40] *Ibid.*, p. 235.
[41] CAPITULACIONES..., *op. cit.*, p. 236.

lida em público durante as cerimônias de casamento e enviada em carta a Enrique IV para reforçar a legitimidade da união. Os cronistas da época, como Hernando del Pulgar, destacaram a legalidade do acordo e o compromisso de Fernando em respeitar os direitos de Isabel e dos súditos castelhanos. Como afirma Ladero Quesada[42], a repetição pública dos termos das capitulações não apenas solidificava a sucessão de Isabel, mas também transmitia a mensagem de que a união com Fernando não representava uma ameaça à independência castelhana. O documento estabelecia, inclusive, a forma como Isabel e Fernando deveriam se apresentar politicamente:

> *que en todos los privilegios, cartas e otras qualesquier escrituras que se ouieren de escribir, fazer e embiar, assí por ella como por nos, juntamente se ayan de firmar e firmen por manera que todas vayan firmadas por mano de amos a dos, e que en la intitulación dessos dichos Reynos e Señorios nos y ella juntamente nos hayamos de intitular*[43].

Esse trecho evidencia a criação de uma identidade conjunta para os monarcas, um elemento central na construção da imagem dos Reis Católicos ao longo do reinado.

A ênfase na soberania de Isabel e na restrição dos poderes de Fernando reflete a posição estratégica da nobreza castelhana diante da união com Aragão. Embora Fernando fosse rei de Aragão, era Isabel quem detinha a autoridade suprema em Castela, e os descendentes do casal herdariam a coroa castelhana antes de qualquer direito sobre os territórios aragoneses. Essa hierarquia dinástica já era delineada nas capitulações, onde Fernando se comprometia a não afastar os futuros herdeiros de Castela e a não retirar Isabel do reino sem seu consentimento: "*que iremos personalmente a essos dichos Reynos a residir y estar en ellos con la dicha serenissima princesa, y que no partiremos ni saliremos dellos sin voluntad suya e consejo, y que no la sacaremos de los dichos Reynos sin consentimiento suyo voluntad*"[44].

As bodas: cerimônia e legitimação.

A cerimônia do casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, realizada em 1469, marcou um ponto de inflexão na política peninsular. Mais do que a consolidação de um matrimônio dinástico, as bodas representaram uma ruptura definitiva com Enrique IV e um ato de desafio político que intensificou as disputas pela sucessão do trono castelhano. A realização da cerimônia sem a aprovação real e sob circunstâncias

[42] LADERO QUESADA, 2000, p. 220.
[43] CAPITULACIONES..., *op. cit.*, p. 237.
[44] CAPITULACIONES..., *op. cit.*, p. 236.

irregulares colocou Isabel em posição de aberta oposição ao irmão, tornando inevitável o conflito entre os dois partidos nobiliárquicos que disputavam o futuro da monarquia castelhana. Além disso, os procedimentos cerimoniais foram cuidadosamente planejados para reforçar a legitimidade da união, tornando-se um elemento central na propaganda política dos futuros Reis Católicos.

Fernando de Aragão partiu de Saragoça em 5 de outubro de 1469, mas sua entrada em Castela não ocorreu de maneira solene. Ciente da oposição ao casamento, o príncipe viajou disfarçado de mercador, acompanhado por apenas seis homens, evitando atrair a atenção dos aliados de Enrique IV. A jornada teve um caráter estratégico e simbólico: a necessidade de ocultar seu deslocamento refletia a fragilidade da posição política dos noivos naquele momento, mas a chegada clandestina foi posteriormente reinterpretada pelos cronistas como um ato heroico. Segundo Nieto Soria[45], essa narrativa foi incorporada à construção da imagem de Fernando como um príncipe astuto, corajoso e predestinado ao governo de Castela, um elemento essencial para justificar seu futuro papel como rei consorte. Ao chegar a Dueñas, território sob o controle do aliado Pedro de Acuña, Fernando pôde finalmente se apresentar em trajes condizentes com sua posição, revelando-se aos partidários de Isabel antes do encontro oficial.

A princesa, por sua vez, ainda tentava obter o consentimento de Enrique IV para formalizar a união dentro dos limites da legalidade. No dia 12 de outubro, comunicou ao rei a chegada de Fernando a Castela e reiterou suas intenções matrimoniais, mas não obteve resposta. O silêncio do monarca indicava a rejeição tácita da proposta e prefigurava o colapso do Tratado dos Toros de Guisando, que havia reconhecido Isabel como herdeira legítima. Diante dessa incerteza, a princesa agiu de forma calculada durante seu primeiro encontro com Fernando, ocorrido na noite de 14 de outubro, em Valladolid. Diego de Valera descreve a intensa deliberação que antecedeu a recepção ao príncipe, ressaltando que, apesar das diferentes opiniões dentro do círculo de conselheiros da princesa, Isabel decidiu saudá-lo com todas as honras de um esposo:

> *y entre los que con la señora Princesa estaban, ovo gran debate de la forma que se avia de tener por la Princesa en la vista del Principe, la cual no curando de las vanas opiniones tenidas por algunos, que cerca della estaban, determino con consejo del Arzobispo de Toledo, de facer al Principe todo el acatamiento que debía como a su esposo*[46].

[45] NIETO SORIA, 1993, p. 181.
[46] VALERA, Diego de. *Memorial de diversas fazañas*. Juan de Mata Carriazo (ed.). Madrid: Espasa-Calpe, 1941, p. 54.

A atitude da princesa seguiu as normas canônicas que já predominavam na Baixa Idade Média, segundo as quais o consentimento mútuo dos cônjuges era suficiente para validar um casamento, independentemente de sua consumação[47].

Os esponsais foram realizados em 18 de outubro de 1469, em uma cerimônia que teve ampla publicidade e contou com a presença de figuras importantes da nobreza castelhana. A formalização do casamento, no entanto, enfrentava um obstáculo fundamental: a consanguinidade entre os noivos exigia uma dispensa papal, sem a qual a união poderia ser considerada inválida. Diante da impossibilidade de obter a documentação em tempo hábil, o arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo, apresentou uma bula falsificada atribuída ao Papa Pio II, supostamente emitida em 18 de maio de 1464. A fraude era evidente, pois o pontífice havia falecido meses depois dessa data, mas Carrillo, experiente nos assuntos da Cúria Romana, apostava na possibilidade de que um futuro papa confirmasse a validade do matrimônio. Esse cálculo revelou-se acertado, pois em dezembro de 1471, o Papa Sisto IV concedeu uma nova dispensa que regularizava a situação, garantindo a legitimidade da união aos olhos da Igreja[48].

A cerimônia das bodas seguiu um modelo cuidadosamente planejado para reforçar a legitimidade sucessória dos descendentes do casal. Durante a celebração, foram lidas publicamente as capitulações matrimoniais que definiam os direitos e obrigações dos cônjuges, com ênfase na manutenção da soberania castelhana e na subordinação de Fernando às instituições do reino. Como destaca Ladero Quesada[49], essa leitura pública foi um gesto político essencial para consolidar o apoio da nobreza castelhana, garantindo que a união fosse interpretada como uma aliança entre iguais e não como uma submissão de Castela à Coroa de Aragão. O ato litúrgico final ocorreu no dia 19 de outubro, na casa de Juan de Vivero, onde Fernando e Isabel participaram da cerimônia da "vela", um ritual que simbolizava a consumação do matrimônio.

A consumação do casamento era um elemento central na legitimação política da união. Em um contexto no qual a sucessão castelhana era disputada, a comprovação da união física entre os cônjuges tornava-se fundamental para evitar contestações futuras. A tradição exigia que testemunhas confirmassem o ato, garantindo que os descendentes

[47] BECEIRO PITA, Isabel; CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. *Aspectos de la vida familiar en la Castilla bajomedieval*. Madrid: CSIC, 2001, p. 128-142.
[48] PÉREZ, *op. cit.*, p. 84.
[49] LADERO QUESADA, 2000, p. 220.

fossem reconhecidos como legítimos herdeiros do trono. Diego de Valera descreve detalhadamente esse momento, ressaltando a exibição pública da "prova de virgindade" de Isabel:

> *Y estaban a la puerta de la camara ciertos testigos puestos delante, los quales sacaron la sábana que en tales casos suelen mostrar [...] la qual en sacandola, tocaron todas las trompetas y atabales y menistriles altos, y la mostraron a todos los que en la sala estaban esperandola, questaba llena de gente*[50].

Embora esse tipo de ritual fosse comum na nobreza medieval, sua realização no casamento de Isabel e Fernando adquiriu um significado especial, uma vez que a legitimidade dos futuros herdeiros estava diretamente ligada às acusações de impotência de Enrique IV e à possível ilegitimidade de sua filha, a princesa Juana. Nesse sentido, os Reis Católicos buscaram assegurar que não houvesse margem para disputas sucessórias, garantindo que cada etapa do matrimônio fosse realizada com a devida publicidade e validação formal.

O casamento de Isabel e Fernando foi um ato político de grande repercussão, cuidadosamente planejado para consolidar sua legitimidade e garantir a aceitação da união entre seus súditos. A ampla publicidade dos esponsais, a leitura das capitulações matrimoniais e a simbologia da consumação do matrimônio foram estratégias fundamentais para reforçar a autoridade do casal e preparar o caminho para sua ascensão ao trono castelhano. Ao longo dos anos, os cronistas da corte transformariam esse episódio em um dos alicerces da narrativa régia dos Reis Católicos, consolidando sua imagem como governantes predestinados a unificar a Península Ibérica.

Ruptura e entendimento com Enrique IV.

A realização das bodas entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão, sem o consentimento de Enrique IV, marcou uma ruptura decisiva na crise sucessória castelhana. A quebra do acordo firmado em los Toros de Guisando, que reconhecia Isabel como herdeira do trono, ofereceu ao rei um argumento sólido para deserdá-la e reforçar os direitos dinásticos de sua filha, Juana, conhecida pelos adversários como “la Beltraneja” – chamada assim por ser supostamente filha de Beltrán de la Cueva, favorito de Enrique IV. Cientes do impacto político da união matrimonial, os recém-casados buscaram uma saída diplomática e enviaram três emissários – Pero Vaca, Diego de Ribera

[50] VALERA, *op. cit.*, p. 54.

e Luis de Atienza – à corte real com o objetivo de notificar o casamento, apresentar as capitulações assinadas e reafirmar sua obediência ao rei. O gesto, no entanto, não teve êxito. Enrique IV não apenas rejeitou a notificação como também respondeu com uma série de atos jurídicos destinados a reafirmar Juana como sua legítima sucessora. Em Valdelozoya, o monarca organizou uma cerimônia pública na qual dispensou os nobres castelhanos do juramento de fidelidade anteriormente prestado a Isabel, formalizando a proclamação de Juana como princesa herdeira. Com isso, iniciava-se um período de represálias políticas e rearranjo de alianças nobiliárquicas, que redefiniriam os rumos da monarquia castelhana.

Os seis primeiros meses após o casamento de Isabel foram marcados por uma instabilidade crescente. Alguns de seus principais aliados, incluindo o arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo, romperam com seu partido, percebendo a fragilidade de sua posição política. Apenas os clãs Manrique e Enríquez permaneceram leais e ofereceram refúgio ao casal após sua expulsão de Valladolid. A esperada intervenção de Juan II de Aragão, pai de Fernando, também não ocorreu imediatamente, aumentando a vulnerabilidade dos príncipes. No entanto, a posição de Enrique IV também não era segura. As disputas internas entre seus próprios aliados fragmentavam sua base de poder: os Stúñiga e os Álvarez de Toledo lutavam pelo controle da Estremadura, enquanto os Guzmán e os Ponce de León disputavam a hegemonia sobre Sevilha. Simultaneamente, Pedro Fajardo, senhor de Múrcia, decidiu não reconhecer nenhuma autoridade superior, sinalizando o enfraquecimento do poder real[51]. Essa rede de conflitos entre as principais linhagens castelhanas abriu espaço para que Isabel e Fernando recuperassem gradualmente o apoio necessário para consolidar sua posição.

A reviravolta começou a se concretizar em 1473, quando os Mendoza, até então fiéis servidores de Enrique IV, decidiram apoiar a causa isabelina. Embora não tenham rompido formalmente com o rei, sua adesão enfraqueceu o núcleo político que sustentava Juana. Esse realinhamento trouxe consigo o apoio de outras linhagens castelhanas, resultando no fortalecimento do partido dos príncipes. No mesmo ano, Andrés Cabrera e Beatriz de Bobadilla – esta última uma das mais antigas confidentes de Isabel – desempenharam um papel crucial na aproximação entre a princesa e Enrique IV. Graças a seus esforços, foi organizada uma reunião em Segóvia, no dia 27 de dezembro de 1473,

[51] SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1994, p. 209.

onde Isabel foi recebida discretamente pelo rei. Apenas alguns dias depois, em 1º de janeiro de 1474, Fernando também foi chamado ao encontro, agora com maior publicidade e aparente reaproximação política.

O cronista Diego Enríquez del Castillo descreve com detalhes o contexto dessa reunião, ressaltando dois momentos distintos que simbolizaram o esforço de reconciliação entre os irmãos. O primeiro foi um passeio público pela cidade, onde Isabel e Fernando cavalgaram ao lado de Enrique IV, proporcionando uma exibição de unidade aos habitantes de Segóvia. O segundo momento ocorreu durante as festividades do Dia de Reis, quando Enrique IV organizou um banquete formal em sua corte. Segundo o cronista, a disposição dos lugares na mesa foi cuidadosamente planejada para refletir a hierarquia real:

> *é junto con la vista, hicieron que juntamente cabalgasen é anduviesen por la cibdad, de que el pueblo fué muy contento é alegre. E porque todos tres hermanos estuviesen é pudiesen estar conformes é con mucho amor, acordó el Mayordomo Andrés de Cabrera de hacelles fiestas el dia de los Reyes en las casas del Obispo, que están juntas con la Iglesia mayor é con el Alcázar. Donde todos tres asentados, el Rey a la cabecera de la mesa, é la Princesa su hermana um poco más abaxo dél, y el Príncipe junto a par della, asi comieron com asaz plascer*[52].

O cerimonial do evento reforçou a superioridade hierárquica de Enrique IV, reafirmando seu papel de monarca enquanto Isabel, apesar de reconhecida como princesa, permaneceu subordinada a ele na disposição simbólica da mesa. A presença da nobreza e de membros da Igreja conferiu uma dimensão pública ao ato, reiterando que a reconciliação tinha objetivos políticos claros. O ritual da mesa real, segundo Nieto Soria[53], era um instrumento fundamental da teatralização do poder, utilizado para exibir a grandeza régia e demonstrar que era o monarca quem concedia privilégios e honras aos nobres que lhe permaneciam fiéis. Esse tipo de cerimônia não se restringia à esfera privada, mas tinha um impacto direto na construção da legitimidade monárquica e na formação de alianças políticas.

Apesar da aparente reconciliação, Enrique IV não revogou formalmente os atos de Valdelozoya, nos quais havia proclamado Juana como sua herdeira. Tampouco reafirmou os termos do Tratado de los Toros de Guisando, deixando a sucessão em uma

[52] ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego. *Crónica del Rey Don Enrique el Cuarto*. In: *Crónicas de los Reyes de Castilla*. Tomo III. Madrid: Atlas, 1953, p. 98-222. (Biblioteca de Autores Españoles, BAE), p. 218.
[53] NIETO SORIA, 1993, p. 205.

situação ambígua. No entanto, a decisão do rei de entregar oficialmente a fortaleza de Segóvia aos cuidados de Isabel indicava que, na prática, ele aceitava sua posição como herdeira. O controle da fortaleza era um gesto de grande significado simbólico e militar, pois Segóvia abrigava o tesouro real e possuía uma das posições estratégicas mais importantes de Castela.

A morte de Enrique IV, ocorrida em 11 de dezembro de 1474, sem deixar um testamento oficial, consolidou a posição de Isabel e Fernando. A falta de uma declaração formal sobre sua sucessão gerou a impressão de que a princesa detinha o favor do rei nos momentos finais de sua vida, ainda que não houvesse uma revogação explícita da nomeação de Juana. Esse vácuo político permitiu que Isabel se autoproclamasse rainha de Castela apenas um dia após a morte de Enrique. Assim, a crise sucessória entrou em uma nova fase, culminando na Guerra de Sucessão de Castela, que definiria o futuro político de Castela e consolidaria Isabel e Fernando como monarcas indiscutíveis do reino.

Ascensão ao trono castelhano: tensões e entendimentos entre os monarcas.

A morte de Enrique IV, na noite de 11 de dezembro de 1474, desencadeou uma rápida reação por parte de Isabel e seus aliados. Fernando encontrava-se em Aragão auxiliando seu pai, e Isabel, sem esperar seu retorno, decidiu agir imediatamente. Em Segóvia, no dia 12, a princesa ordenou a celebração de um ofício religioso pela alma do rei falecido e, no dia seguinte, proclamou-se rainha de Castela. Esse procedimento, como observa Nieto Soria[54], rompeu com a tradição dos Trastâmara, pois ao invés de uma imediata entronização do sucessor, priorizou-se o rito funerário do monarca falecido. Essa decisão reforçava a imagem de respeito à autoridade monárquica, preparando o terreno para a legitimação da nova soberana.

O cronista Andrés Bernáldez[55] descreve a cerimônia na igreja de São Miguel, onde os pendões reais foram utilizados como símbolos de continuidade do poder: "*La Princesa Doña Isabel se cubrió de luto é fizo los lantos que convenían hacer por el Rey su hermano, e fuese á la iglesia de San Miguel, é allí fueron los pendones del rey Don Enrique, é los de la misma Ciudad, bajos é cubiertos de luto...*".

[54] NIETO SORIA, *op. cit*, p. 107.
[55] BERNÁLDEZ, *op. cit.*, p. 576.

Esse uso do pendão régio como elemento de transição política foi fundamental na cerimônia. Nieto Soria[56] argumenta que essa simbologia tinha a função de minimizar a ruptura causada pela morte do monarca, reforçando a continuidade do governo e a lealdade à dinastia.

Finalizadas as exéquias, Isabel ordenou sua entronização em um evento público. Segundo Fernando del Pulgar[57], um cadafalso foi erguido em Segóvia, para onde se dirigiram cavaleiros, oficiais, clérigos e populares. O ato simbólico mais relevante foi a elevação dos pendões reais com a proclamação "¡*Castilla, Castilla por el rey don Fernando e por la reina doña Isabel su mujer, propietaria destos reynos!*".

O ritual repetiu-se em outras cidades do reino, buscando consolidar a adesão ao novo governo. No entanto, a ascensão inesperada de Isabel gerou resistências. Muitos esperavam uma negociação entre os príncipes e a nobreza para definir os termos da sucessão, mas a rainha impôs um fato consumado. Suárez Fernández[58] destaca que a recepção da proclamação foi desigual: na metade norte do reino, incluindo Segóvia, Valladolid e o País Basco, houve boa aceitação, mas na Andaluzia, Estremadura e Galiza, a contestação foi forte. Os principais opositores incluíam Diego de Pacheco, Rodrigo Téllez Girón e o marquês de Cádiz, que defendiam a causa da infanta Juana.

Fernando, ao receber a notícia em Aragão, reagiu com descontentamento. Sua chegada a Segóvia foi acompanhada por uma nova disputa pela autoridade em Castela. De acordo com Pulgar[59], os defensores do príncipe alegaram que, como Castela não tinha um herdeiro varão direto, o trono deveria pertencer a Fernando, varão da dinastia Trastamara. Esse argumento baseava-se no princípio da sucessão masculina, aplicado em Aragão, onde vigorava a Lei Sálica. Em resposta, os aliados de Isabel sustentaram que, de acordo com as tradições jurídicas castelhanas, as mulheres poderiam herdar o trono na ausência de sucessores homens. Essa tradição já havia sido observada nos reinados de Urraca e Berenguela.

O impasse levou à negociação da Concordia de Segovia, assinada em 15 de janeiro de 1475. Esse acordo estabeleceu que Isabel seria a rainha proprietária de Castela, enquanto Fernando desempenharia um papel ativo na governança. Os monarcas

[56] NIETO SORIA, *op. cit.*, p. 193.
[57] PULGAR, *op. cit.*, p. 193.
[58] SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op. cit.*, p. 85.
[59] PULGAR, *op. cit.*, p. 70.

governariam juntos, mas o poder real não poderia ser transferido ao principe de Aragão. Pulgar[60] registra que, no discurso atribuído à rainha, Isabel argumentou que era essencial garantir a continuidade da Coroa castelhana, prevenindo futuras disputas sobre a sucessão de seus descendentes.

Além do impacto jurídico, a Concordia de Segovia teve um papel crucial na construção da imagem pública do casal real. Como aponta Val Valdivieso[61], a união entre Isabel e Fernando foi apresentada como um modelo de harmonia política e governo compartilhado, reforçado por elementos simbólicos como a cunhagem de moedas com os bustos dos dois monarcas e a unificação de seus brasões. Essa estratégia foi amplamente divulgada nas crônicas da época, consolidando a ideia da diarquia isabelina.

A fórmula "*El Rey y la Reina*" passou a ser empregada nos documentos oficiais, garantindo que Isabel mantivesse a supremacia legal, mas compartilhando o exercício da autoridade com Fernando.

El Rey y la Reyna: uma fórmula de conciliação.

A *Concordia de Segovia*, assinada em 1475, formalizou a governança conjunta de Isabel e Fernando. No plano jurídico, Isabel manteve-se como a única soberana legítima de Castela, enquanto Fernando adquiriu um papel de rei consorte com funções ampliadas, mas sem suplantar a autoridade da rainha. Essa distinção jurídica foi fundamental para preservar a soberania castelhana frente à presença de um monarca aragonês. No entanto, a prática governamental demonstrou que a autoridade de Fernando foi progressivamente expandida, configurando uma diarquia funcional, na qual ambos os monarcas governavam com autonomia parcial.

Essa mudança foi acelerada pela eclosão da Guerra de Sucessão de Castela, que se tornou um conflito dinástico e internacional, envolvendo Portugal, Aragão, França e a Borgonha. Isabel, que inicialmente insistia em manter Fernando em um papel subordinado, concedeu-lhe amplos poderes militares e administrativos para enfrentar as forças de Afonso V de Portugal e dos partidários de Juana "la Beltraneja". O documento que outorgava esses poderes explicitava a transferência de autoridade:

> *Por ende, do poder al dicho rey mi señor, para que donde quiera que fuese en los dichos reynos e señoríos, pueda por si e en su cabo, aunque yo no sea ende, proveer, mandar, fazer e ordenar todo lo que fuera visto e lo que por bien toviese e los que le paresciere cumplir al servicio suyo*

[60] *Ibid.*, p. 72-73.
[61] VAL VALDIVIESO, *op. cit*.

> *e mio, e al bien, guarda e defensión de los dichos reynos e señoríos nuestros*[62].

Essa concessão não foi meramente um expediente emergencial, mas sim o início de uma reconfiguração política mais ampla. Segundo Nieto Soria[63], essa estrutura de poder compartilhado rompia com a tradição monárquica castelhana, na qual o rei exercia um domínio incontestado.

A presença de Fernando na administração castelhana não foi aceita sem resistência. Setores da nobreza temiam que a influência aragonesa aumentasse a ponto de comprometer a autonomia política do reino. Como observa Ladero Quesada[64], havia um temor entre os castelhanos de que Fernando trouxesse práticas políticas catalano-aragonesas, como a limitação do poder real por meio das instituições representativas dos reinos. Para mitigar essa desconfiança, os monarcas reforçaram a propaganda da monarquia dual, empregando sistematicamente a fórmula *"El Rey y la Reyna"*, que conferia a ambos o mesmo grau de autoridade simbólica. Esse artifício foi crucial para garantir a aceitação da estrutura de poder tanto pelos castelhanos quanto pelos aragoneses.

A fusão da identidade dos Reis Católicos foi uma estratégia bem-sucedida de consolidação do regime, sendo amplamente divulgada através de documentos oficiais, crônicas e iconografia régia. Como aponta Val Valdivieso[65], a monarquia de Isabel e Fernando foi a primeira na Península Ibérica a empregar de forma sistemática a imagem de um governo duplo, o que se refletiu nas moedas cunhadas, nos selos reais e na correspondência oficial. Esse discurso foi absorvido até mesmo pela linguagem dos cronistas. A este respeito, chegou-se a afirmar que Fernando del Pulgar, ao relatar o nascimento da infanta Maria, teria registrado que *"En tal dia y tal hora parieron los reys nuestros señores ..."*[66]. Embora pouco provável, essa expressão ilustra a fidelidade do cronista ao programa ideológico dos monarcas, no qual a indivisibilidade da monarquia era enfatizada para fortalecer sua legitimidade.

A fusão simbólica de Isabel e Fernando foi expressa também nas artes visuais e nas representações cerimoniais. A heráldica real passou a combinar as armas de Castela

---

[62] DORMER, Diego José. *Discursos varios*. Madrid: 1701. Apud AZCONA, Tarsicio. *Isabel la Católica*. Madrid: Editorial Católica, 1964 (BAC), p. 218-219.
[63] NIETO SORIA, *op. cit.*, p. 212-215.
[64] LADERO QUESADA, 2000, p. 234-238.
[65] VAL VALDIVIESO, *op. cit.*, 119-123.
[66] CARRIAZO, Juan de Mata. *Estudio preliminar*. In: PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Reyes Católicos*. Madrid: Espasa-Calpe, 1943.

e Aragão, refletindo o ideal de união dinástica. As moedas cunhadas apresentavam as efígies dos dois monarcas lado a lado, reforçando a noção de que ambos compartilhavam o poder. Essa construção foi absorvida também pela literatura da época, como demonstra o poema de Fray Íñigo de Mendoza, que descreve a legitimidade régia dos Reis Católicos como diretamente concedida por Deus:

Pues reyes muy escogidos,
si para reinar los dos
fuestes, señores, ungidos,
ungidos y prometidos
de aquesta mano de Dios[67]

Esse processo de propaganda monárquica não apenas consolidou o poder dos Reis Católicos, mas também criou um modelo de realeza que influenciaria seus sucessores. Como sugere Menéndez Pidal[68], a imagem da monarquia dual foi essencial para a aceitação posterior de Carlos V como herdeiro de uma monarquia composta, que unificava Castela, Aragão e os vastos territórios herdados dos Habsburgo.

Embora a diarquia tenha sido, em parte, um recurso político para lidar com as circunstâncias da guerra de sucessão, ela tornou-se um elemento fundamental da governança dos Reis Católicos. A fórmula *"El Rey y la Reyna"*, que inicialmente serviu para evitar resistências e consolidar o governo conjunto, tornou-se um símbolo do regime.

Considerações finais.

O casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão representou um marco na política ibérica, definindo não apenas a sucessão dinástica de Castela, mas também os rumos da monarquia hispânica no cenário europeu. A escolha do cônjuge não foi resultado exclusivo de dinâmicas de linhagem ou interesses familiares, como sugerido por Maravall[69], mas sim uma decisão estratégica que Isabel tomou ativamente, dentro de um contexto de intensas disputas políticas e diplomáticas. Esse episódio revela a capacidade de ação das mulheres na política medieval ibérica, questionando narrativas historiográficas que tradicionalmente minimizam o papel das rainhas no governo e na tomada de decisões.

[67] MENDOZA, Íñigo de. *Cancionero*. Julio Rodríguez-Puértolas (ed.). Madrid: Espasa-Calpe, 1968, p. 322, estr. 11.
[68] MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Historia de España. La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Espasa-Calpe, 1950, p. 87-90.
[69] MARAVALL, *op. cit.*

O estudo do matrimônio de Isabel permite compreender a complexa rede de alianças e rivalidades que moldaram as relações entre os reinos ibéricos no século XV. A disputa entre Castela, Aragão e Portugal não se limitava à sucessão monárquica, mas refletia um projeto maior de hegemonia na Península, no qual cada casa dinástica buscava expandir seu domínio territorial e consolidar sua influência. A aliança matrimonial de Isabel e Fernando não apenas desafiou as pretensões lusitanas e fortaleceu o poder régio castelhano, mas também reconfigurou as relações internacionais da Coroa de Castela, integrando-a de forma mais decisiva ao jogo de poderes da Europa Ocidental.

Além de garantir a estabilidade da monarquia castelhana, Isabel e Fernando estabeleceram uma política matrimonial que teve impactos de longo alcance. Através das alianças de seus filhos, os Reis Católicos consolidaram uma rede dinástica que projetou a influência hispânica muito além da Península. O casamento do príncipe herdeiro Juan com Margarida de Áustria fortaleceu os laços com a casa de Habsburgo, criando as bases para a futura ascensão de Carlos V ao trono de uma monarquia composta. A infanta Isabel, por sua vez, foi casada com o príncipe D. Afonso de Portugal e, após enviuvar, com D. Manuel I, garantindo uma continuidade dinástica na aliança ibérica. A infanta Maria reforçou essa estratégia ao tornar-se a segunda esposa de D. Manuel I, garantindo a presença da linhagem Trastâmara no trono lusitano. Juana, conhecida posteriormente como "a Louca", casou-se com Filipe da Áustria, inaugurando a ligação dinástica entre Castela e os Habsburgo, enquanto Catalina tornou-se a primeira esposa de Henrique VIII da Inglaterra, assegurando momentaneamente uma aliança anglo-castelhana.

Essa política de alianças matrimoniais refletia um projeto expansionista dos Reis Católicos, que, ao consolidar sua autoridade na Península, prepararam o caminho para a emergência de um império transcontinental. Como destaca Val Valdivieso[70], a estratégia de Isabel e Fernando não apenas reforçou o domínio castelhano sobre seus territórios tradicionais, mas também lançou as bases para a expansão ultramarina, que se concretizaria com a “descoberta” das Américas e a subsequente dominação dos territórios coloniais. A monarquia dual construída por Isabel e Fernando transformou a geopolítica ibérica, inserindo Castela e Aragão no centro da política europeia e influenciando diretamente a formação de uma estrutura imperial que perduraria por séculos.

[70] VAL VALDIVIESO, *op. cit.*, p. 134-137.

Ao longo do artigo, buscou-se demonstrar que Isabel de Castela não foi uma figura passiva na política matrimonial e dinástica de seu tempo, mas sim uma rainha estrategista, que exerceu controle sobre sua sucessão e garantiu seu poder real em Castela. Seu matrimônio e suas escolhas políticas modificaram profundamente a dinâmica das monarquias ibéricas e criaram as bases para a formação da monarquia hispânica sob os Habsburgo. A atuação de Isabel reforça a necessidade de revisitar as narrativas historiográficas tradicionais, que muitas vezes minimizam o papel das mulheres no exercício do poder. Sua trajetória permite não apenas compreender a complexidade da política dinástica medieval, mas também ampliar as reflexões sobre as interações entre gênero, poder e governança na Idade Média ibérica.